

AVISO

Recrutamento de 1 (um) Técnico Superior, por mobilidade na categoria, para o exercício de funções no Gabinete Jurídico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Torna-se público que a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL) pretende recrutar 1 (um) Técnico Superior, por mobilidade na categoria, ao abrigo do disposto no artigo 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante designada por LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, nos seguintes termos:

1 — Caracterização da Oferta

1.1 — Tipo de Oferta: mobilidade na categoria, pelo período de 12 (doze) meses, nos termos do artigo 97.º da LTFP.

1.2 — Carreira e categoria: Técnico Superior.

1.3 — Número de postos de trabalho: 1 (um)

1.4 — Remuneração: O Técnico Superior a selecionar irá auferir a remuneração base mensal detida no respetivo serviço de origem.

2 — Caracterização do Posto de Trabalho

O posto de trabalho em causa envolve o exercício de funções da carreira e categoria de Técnico Superior, tal como descritas no anexo à LTFP.

O Técnico Superior desempenhará as suas funções no Gabinete Jurídico da FCUL, competindo-lhe a execução das seguintes atividades:

- Acompanhamento de procedimentos administrativos, nomeadamente de impugnação administrativa, bem como de contratação pública e patrimonial;
- Emissão de pareceres, no âmbito de consultadoria jurídica;
- Prestar apoio a nível de contencioso, nos processos judiciais em que a FCUL seja parte;
- Intervir nos procedimentos inerentes à gestão de recursos humanos, ao património, à área académica, à área financeira e da contratação pública, quando suscitadas questões de natureza jurídica;
- Participar na condução de processos disciplinares que sejam instaurados;
- Prestar apoio jurídico no âmbito do procedimento conducente à avaliação de desempenho dos docentes e dos investigadores;
- Elaborar e ou analisar regulamentos, deliberações, despachos e outros documentos que lhe sejam solicitados.

3 — Requisitos de Admissão Obrigatórios

3.1 — Relação jurídica: os candidatos devem ser detentores de uma relação jurídica de emprego público, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, constituída por tempo indeterminado.

3.2 — Habilitação Académica: Exigido o grau académico de Licenciatura em Direito, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

4 — Outros requisitos

- Domínio das ferramentas informáticas Excel, Word e Outlook;
- Boa capacidade de relacionamento interpessoal;
- Espírito dinâmico e proativo;
- Boa capacidade de aprendizagem e de atualização dos conhecimentos adquiridos;
- Boa capacidade organizativa.

Constitui-se como requisito preferencial a experiência profissional comprovada em instituições de ensino superior, no que respeita ao desempenho das atividades inerentes ao posto de trabalho.

5 — Local de Trabalho: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, sita no Campo Grande, 1749-016 Lisboa.

6 — Métodos de Seleção: Avaliação Curricular complementada com Entrevista Profissional de Seleção.

Apenas serão convocados para a Entrevista Profissional de Seleção os candidatos que reúnam os requisitos de admissão e que sejam selecionados na Avaliação Curricular.

7 — Prazo de Apresentação das Candidaturas: 5 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), aviso igualmente disponível na página eletrónica da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em: <http://www.ciencias.ulisboa.pt/concursos?id=3442>

8 — Formalização das Candidaturas

8.1 — A candidatura deverá ser obrigatoriamente enviada para o endereço de correio eletrónico dprh@fc.ul.pt, identificada em assunto com o código de oferta da BEP, seguido de "Recrutamento por Mobilidade – TS – Gabinete Jurídico".

No corpo da mensagem do e-mail o candidato deverá elaborar requerimento dirigido ao Diretor da FCUL, do qual conste obrigatoriamente:

- identificação da referência do posto de trabalho a que se candidata;
- a modalidade de vínculo de emprego público detido;
- carreira/categoria, posição e nível remuneratório detido, bem como o respetivo montante;
- contacto telefónico e endereço de correio eletrónico;

- Declaração de que consente ser notificado para o e-mail utilizado para o envio da candidatura ou indicado no *Curriculum vitae*.

Em anexo, o candidato deverá enviar ainda os documentos indicados no ponto 8.2 do presente aviso.

8.2 — A candidatura deverá ser acompanhada dos seguintes documentos, sendo os referidos nas alíneas a) e b) de carácter obrigatório:

- a) *Curriculum vitae* devidamente atualizado, particularmente detalhado no que respeita à área funcional objeto do presente recrutamento;
- b) Digitalização dos documentos comprovativos das habilitações académicas;
- c) Digitalização dos documentos comprovativos das ações de formação frequentadas e relacionadas com o conteúdo funcional do posto de trabalho;
- d) Digitalização de outros documentos que considere relevantes para a avaliação da candidatura.

9 — Composição do Júri de Seleção

Presidente: Professor Doutor Luís Manuel Pinto da Rocha Afonso Carriço, Professor Catedrático do Departamento de Informática e Diretor da FCUL;

1.^a Vogal Efetiva: Licenciada Guida Maria de Oliveira Carvalheiro da Silva Prata, Administradora da FCUL;

2.^a Vogal Efetiva: Licenciada Andreia Costa Lemos Pinto de Rezende, Coordenadora do Gabinete Jurídico da FCUL;

1.^o Vogal Suplente: Professor Doutor Jorge Augusto Mendes de Maia Alves, Professor Catedrático do Departamento de Engenharia Geográfica, Geofísica e Energia e Subdiretor da FCUL;

2.^a Vogal Suplente: Licenciada Cláudia Andreia Moura Pinto, Coordenadora do Gabinete de Pessoal Não Docente e Bolseiros da Direção de Recursos Humanos da FCUL.

O Presidente do Júri será substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo Vogal que lhe suceder na ordem supra referida.

10 — Em cumprimento do disposto no artigo 34.^o da Lei n.^o 25/2017, de 30 de maio, e do artigo 4.^o da Portaria n.^o 48/2014, de 26 de fevereiro, foi ouvida a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), enquanto entidade gestora da valorização profissional, que, em 02 de dezembro de 2020, através do procedimento n.^o 94143, declarou a inexistência de trabalhadores em situação de valorização profissional, cujo perfil se adequasse às características do posto de trabalho a ocupar.

02 de dezembro de 2020. — O Diretor, *Prof. Doutor Luís Manuel Pinto da Rocha Afonso Carriço*.